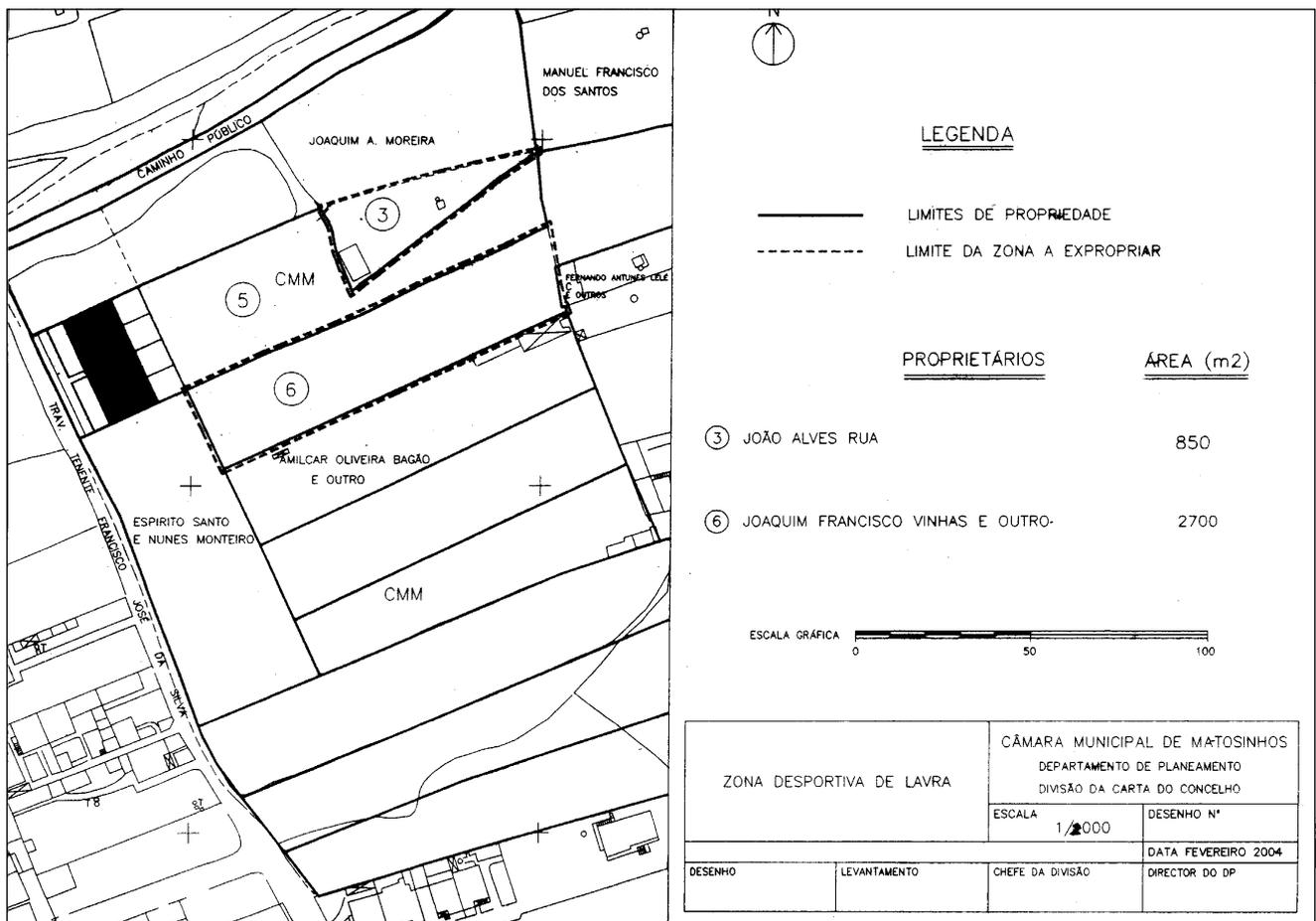


A expropriação destina-se à execução da zona desportiva de Lavra. Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 19.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica n.º 108/DSJ, de 9 de Agosto de 2005, e na informação técnica n.º 2/DSJ, de 2 de Janeiro de 2006, da Direc-

ção-Geral das Autarquias Locais, tendo, ainda, em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.048.04, daquela Direcção-Geral.

8 de Fevereiro de 2006. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho conjunto n.º 218/2006. — Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e dos n.ºs 1 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101/2001, de 29 de Março, é nomeada inspetora-geral dos Serviços de Justiça, em comissão de serviço, a Prof.ª Doutora Ana Maria Guerra Martins, possuidora de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respectivas funções.

7 de Fevereiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

I) Dados académicos:

1986 — licenciatura em Direito;
 1987 — pós-graduação em Estudos Europeus (vertente jurídica);
 1993 — mestrado em Direito das Comunidades Europeias;
 2000 — doutoramento em Direito.

Todos os graus foram adquiridos na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

II) Bolsas de investigação:

1997-1999 — investigadora convidada no Instituto Max-Planck para o Direito Público Comparado e para o Direito Inter-

nacional Público, em Heidelberg, na Alemanha, com uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

III) Dados profissionais:

Actividade principal — professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde Outubro de 2000;
 Outra actividade docente — professora noutras universidades privadas portuguesas e professora convidada em universidades estrangeiras;
 Actividade não docente — consultora jurídica;
 Participação em vários colóquios, conferências e jornadas, em Portugal e no estrangeiro, com comunicações sobre temas de direito público, em geral, e de direito da União Europeia, em particular.

IV) Publicações:

Mais de quarenta títulos publicados em português, inglês e francês, em várias áreas do Direito Público, dos quais se destacam os seguintes:

«O artigo 235.º do Tratado da Comunidade Europeia — cláusula de alargamento das competências dos órgãos comunitários» (dissertação de mestrado), Lisboa, Lex, 1995, p. 264;
 «A natureza jurídica da revisão do Tratado da União Europeia, (dissertação de doutoramento), Lisboa, Lex, 2000, p. 748;
Contencioso Comunitário (em colaboração com Fausto de Quadros), Coimbra, Almedina, 2002, p. 277;
Estudos de Direito Público, vol. I, Coimbra, Almedina, 2003, p. 439;
Curso de Direito Constitucional da União Europeia, Coimbra, Almedina, 2004, p. 583.